

Hoje, posso dar uma notícia há muito esperada por todos os brasileiros: o Ministério da Justiça vai construir 52 penitenciárias, para que, até o dia 1º de janeiro de 1999, sejam retirados os presos das delegacias de polícia e das cadeias públicas da Polícia Civil de quase todos os estados da Federação – cadeias superlotadas, que maltratam presos, provocam rebeliões e fugas e assustam a população.

Tenho o hábito de só anunciar um projeto quando há recurso disponível para começar e concluir as obras. Pois os 300 milhões de reais necessários para pôr em funcionamento as 52 penitenciárias virão do Fundo Penitenciário. Este fundo é formado com o dinheiro das loterias federais, de multas e da metade do que se arrecada em questões judiciais da União.

Como levaremos muito tempo para juntar os recursos equivalentes a um empreendimento como este, o BNDES vai antecipar as verbas, e as obras serão iniciadas ainda neste ano. Serão penitenciárias, em sua maioria, pequenas e médias, de 160 vagas, de 320, e apenas 7 de 520 vagas, todas isentas dos perigos que rondam grandes carceragens.

Os governos estaduais, que se responsabilizarão por sua administração, participam das obras cedendo terrenos para os prédios, preferencialmente fora da área urbana. Todos esses projetos estão de acordo com as rigorosas normas dos direitos humanos. Além de acomodar os presos em melhores condições, ofereceremos trabalho a eles. Vamos construir um pavilhão industrial em cada uma das 52 penitenciárias.

O BNDES está criando um programa de financiamento para empresários que queiram colocar linhas de montagem de suas indústrias nas penitenciárias.

Você talvez esteja perguntando o vamos fazer com as penitenciárias tradicionais. E eu respondo que, silenciosamente, já estamos fazendo. Nós temos hoje 60 obras em andamento. Algumas delas podem ser vistas. No Rio de Janeiro, estamos terminando a Bangu III, às vésperas de iniciar a Bangu IV. Em São Paulo, já foram contratadas as obras de 9 penitenciárias, para desativação da Casa de Detenção do Carandiru.

Encerro minha palavra de hoje com um pedido para você que é parlamentar ou eleitor: vamos dar pressa na votação do projeto sobre penas alternativas, que enviei ao Congresso no final do ano passado. O projeto está sob exame na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Penas alternativas são previstas para presos não violentos e, que, portanto, não oferecem riscos à sociedade.

Países como a Alemanha, a Inglaterra e França adotam penas alternativas há mais de dez anos. Está comprovado que elas contribuem para recuperar presos e evitar que se tornem mais violentos no dia a dia das prisões.

No nosso projeto, há várias maneiras de criminosos pagarem pelos crimes cometidos. Eu vou dar alguns exemplos: prestar serviço em estabelecimentos públicos como hospitais, departamentos de limpeza pública; perder bens e valores; pagar mensalidades a escolas, casas de saúde, centros comunitários. Essas penas se tornam indispensáveis até mesmo porque, quando você, que é contribuinte, recolhe impostos para manter o sistema penitenciário, você está gastando para ter paz e segurança.